

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 876.914 - PR (2016/0056427-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : JOAQUIM MIRO - PR015181
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA E OUTRO(S) - PR041442
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
BÁRBARA VAN DER BROOCKE DE CASTRO E OUTRO(S) - DF036208
ISABELLA COELHO AGUINAGA - RJ179288
AGRAVADO : EDNA MARGARETE PADILHA KALFELS
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO XAVIER - PR053198

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73) aviado por OI S.A, contra decisão que inadmitiu o apelo nobre.

O recurso especial, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, foi interposto no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 275, e-STJ):

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL CC EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO DEMONSTRADO - EXIGÊNCIA DO PAGAMENTO DA "TAXA DE SERVIÇO" - FACULTATIVO Á EMPRESA - A AUSÊNCIA DE COMPROVANTE SOLICITANDO O RECOLHIMENTO DA RESPECTIVA TAXA - SÚMULA 389 DO STJ INCIDÊNCIA SOBRE MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - ARTIGO 359 DO CPC APLICAÇÃO AO CASO - DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 333, inc. I, e 535, II, do CPC/73, 6º do CDC e 100, § 1º, da Lei 6.404.76.

Sustenta, em síntese: (a) negativa de prestação jurisdicional, (b) a inépcia da petição inicial por falta de comprovação do fato constitutivo e o instituto da inversão do ônus da prova por si só não tem o condão de obrigar a recorrente a produzir provas em juízo; e (c) a falta de interesse de agir da recorrida, pois deixou de esgotar a via administrativa, na tentativa de obter os documentos ora pretendido, porquanto não houve o pagamento da taxa administrativa.

Contrarrazões ofertadas.

O tribunal local inadmitiu o apelo nobre o que deu origem ao presente agravo.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

1. No que respeita à alegada negativa de prestação jurisdicional, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Saliente-se que os fundamentos utilizados foram suficientes para embasar a decisão.

A recorrente apontou omissão no acórdão da Corte Estadual. Mas o que se observa é que os pontos, supostamente omissos, consistente na alegada inépcia da petição inicial e falta de interesse de agir, foram devidamente analisados.

2. Da acurada análise dos autos verifica-se que a recorrente defende a ausência do interesse de agir da recorrida, porquanto o requerimento administrativo prévio não veio acompanhado do pagamento do custo do serviço, nos termos do art. 100, § 1º, da Lei 6.404/76.

Ocorre que o tribunal de origem concluiu ter havido o requerimento administrativo prévio e que a recorrente não deu sequer resposta ao pedido, tampouco exigiu a recolhimento da taxa, consoante o aludido trecho do acórdão recorrido (fls 279, e-STJ):

Insta salientar neste ponto, que os requisitos fixados pelo Superior Tribunal de Justiça configuradores do interesse de agir nas demandas de exibição de documentos são cumulativos, não bastando apenas a existência de requerimento formal perante a empresa. Conforme a decisão, necessário também a comprovação do pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, intento este respaldado pelo art. 100, § 1º da Lei 6.404/1976.

O art. 100, §1º da Lei n. 6404/1976 dispõe claramente que a qualquer pessoa, desde que se destinem a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários serão dadas certidões dos assentamentos constantes dos livros mencionados nos incisos I a III e por elas a companhia poderá cobrar o custo do serviço, cabendo, do indeferimento do pedido por parte da companhia, recurso à Comissão de Valores Mobiliários.

No caso em apreço não há menção ou prova nos autos, de que a Autora/Agravada tenha efetuado o pagamento pelo custo do serviço requerido. Em contrapartida, também não consta documentos que comprovem que a Agravante exigiu que esse pagamento fosse realizado.

Portanto, eventual afirmação de ausência de interesse de agir deveria ser comprovada pela Agravante com a juntada do documento hábil para tanto, qual seja a sua própria manifestação requerendo o pagamento da taxa de serviço à agravada, e a respectiva inércia desta, o que não se verifica nos autos.

Constata-se, portanto, que o Tribunal local, com base em todo o acervo fático probatório, concluiu restar atendido o disposto no art. 100, § 1º, da Lei 6.404/76, uma vez que houve requerimento administrativo prévio para a exibição dos documentos, tendo a companhia telefônica se mantido inerte, inclusive quanto à exigibilidade da taxa de serviços.

Com efeito, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência consolidada deste Sodalício, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 982.133/RS, apreciado pelo rito do art. 543-C do CPC/73, o qual restou

Superior Tribunal de Justiça

assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS COM DADOS SOCIETÁRIOS. RECUSA. RECURSO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. LEI N. 6.404/1976, ART. 100, § 1º. AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DA "TAXA DE SERVIÇO". RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.

I. Falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976.

II. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).

III. Recurso especial não conhecido.

(REsp 982.133/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 22/09/2008)

Sendo assim, para acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (...)

2. A Segunda Seção desta Corte de Justiça, no julgamento do REsp nº 982.133/RS (Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 22/9/08), processado nos moldes do art. 543-C do CPC/73, consolidou o entendimento de que, nas ações em que se postula a obtenção de documentos com dados societários, para a caracterização do interesse de agir, é necessário o requerimento formal na via administrativa, além do comprovante de pagamento da taxa de serviço quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976) 3. O Tribunal de origem reconheceu o interesse processual da parte, consignando que esta fez pedido administrativo para obter os documentos, sem qualquer resposta por parte da demandada. A alteração de tal conclusão exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1534164/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 19/12/2016)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO NOS TERMOS DO ART. 100 DA LEI N. 6.404/1976. DECISÃO FUNDADA EM FATOS E PROVAS. SUM. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não configura violação ao art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. A alteração da conclusão do acórdão de que houve pedido na via administrativa anteriormente ao ajuizamento da ação, conforme dispõe o art. 100 da Lei n. 6.404/1976, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que vedado pela Súmula 7 do STJ.

3. Não houve debate acerca do art. 333, I, do CPC, carecendo referido dispositivo de adequado prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 582.094/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 02/12/2014)

3. De outra parte, no que tange à apontada violação ao art. 333, I, do CPC/1973, observa-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

A propósito, "a aferição do êxito do autor ou do réu em comprovar suas alegações (art. 333 do CPC); ou seja, se cumpriu seu ônus probatório, demanda o reexame de fatos e provas, o que é inadmissível na via especial, a teor da Súmula 7 do STJ" (AgRg no Ag 489.545/RJ, Rel. Des. Conv. Vasco Della Giustina, Terceira Turma, DJe 06/11/2009).

Salienta-se, ainda, que "Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência manifestamente proibida nesta instância, ante o óbice da Súmula 7/STJ" (AgInt no AREsp 1223936/RS, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 26/03/2019, DJe 11/04/2019).

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator